

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL NA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO GOMES PINTO, VIÇOSA- RN

François Rodrigues de Alencar (1). Jacimária Fonseca de Medeiros (2)

1 Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, francorodriguesalencar@gmail.com ;

2 Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, jacimariamedeiros@uern.br.

Resumo do artigo: Este trabalho busca realizar um diagnóstico situacional acerca da Escola Municipal Francisco Gomes Pinto (EMFGP), pertencente ao município de Viçosa-RN, sob a perspectiva da Agenda Ambiental na Administração Pública, mais conhecida como A3P, com o objetivo de analisar como se dá a percepção das ações socioambientais desenvolvidas na EMFGP como organização, questões como que tipos de práticas são realizadas, que tipo de percepção a administração tem a respeito dessa temática ambiental, e quais são, e se elas estão realmente de acordo com a – A3P. Com caráter de pesquisa de campo e de cunho bibliográfico e documental, assumindo quanto aos fins característica de pesquisa descritiva e estudo de caso. Tendo a EMFGP como universo, e gestores e colaboradores como amostra. Foi observado uma percepção bem abaixo do tolerável pela A3P para questões referentes ao meio ambiente, a situação atual da gestão da EMFGP, encontra-se precária mediante ao cenário atual de políticas públicas voltadas para a conservação, preservação e sustentabilidade do meio ambiente, necessitando segundo as conclusões desse trabalho de uma implementação urgente dos preceitos sugeridos pela cartilha A3P.

Meio Ambiente; Políticas Públicas; Socioambiental.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou observar, analisar e propor considerações a acerca da questão ambiental existente na Escola Municipal Francisco Gomes Pinto, município de Viçosa-RN, no que diz respeito à percepção e sensibilização ambiental dentro do órgão estudado, a luz do Programa do Ministério do Meio Ambiente: Agenda Ambiental na Administração Pública A3P, que tem como principal função orientar os gestores públicos a nível federal, estadual e municipal a inserir a cultura de responsabilidade em suas atividades.

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

Para o desenvolvimento deste estudo se fez necessário a abordagem de temas afins a essa questão, como Administração Pública, Políticas Públicas de Meio Ambiente e Gestão Ambiental. Temas que tem gerado muitas discussões e inquietações para diversos gestores em organizações públicas e privadas de diversos setores, organizações essas que são geridas não só em âmbito privado mas principalmente em âmbito público aonde o estado desempenha um importante papel provedor na sociedade através das organizações que por meio delas fornece os meios necessários para o atendimento de necessidades dos da população. Até hoje Serviços tais como saúde, água e energia, segurança pública, controle de poluição, alimentação, diversão, educação entre outras depende de organizações.(MAXIMIANO, 2004).

“A administração pública, em sentido amplo, compreende: o Governo (que toma as decisões políticas), a estrutura administrativa e a administração (que executa essas decisões). Em sentido estrito, compreende apenas as funções administrativas de execução das atividades” (CHIAVENATO, 2010, p. 21)

Já a questão ambiental permeia atualmente diversos estudos, tanto no meio acadêmico como no campo empresarial, a nível nacional e internacional, pois se torna cada vez mais inconcebível a gestão desvinculada das práticas sustentáveis em relação ao meio ambiente onde essas organizações e a sociedade de maneira geral estão inseridas. Essas questões surgiram por meio da percepção do meio ambiente e derivado das reflexões acerca da influência das ações do homem na terra, e do uso das mais recentes tecnologias como também da constante mudança no modo como permanecemos nesse planeta, fazendo renascer profundas discussões e elaborações teóricas dentro das universidades, escolas e diversos canais midiáticos (GIESTA, 2010). Por isso a difusão de uma consciência ecologicamente correta torna-se tão necessária.

Termos como administração ambiental ou gestão do meio ambiente, ou simplesmente gestão ambiental, são compreendidos neste trabalho como as regras e procedimentos de ordem administrativas e operacionais que norteiam as ações relacionadas às organizações e ao meio ambiente, podemos citar como exemplo: o planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras ações que são realizadas com o intuito de se alcançar objetivos benéficos para com o meio ambiente, tanto reduzindo ou evitando certos danos e ações causadas pelas ações de nós seres humanos, construindo assim atitudes proativas e consequentemente evitando que tais danos possam aparecer (BARBIERI , 2004).

Dentro da pesquisa desenvolvida o termo meio ambiente é comumente usado mas o que seria meio ambiente? Segundo Escarlato & Pontin (1992), meio ambiente, além de ser o conjunto de interações entre os ecossistemas como entendido pelos biólogos, envolve também

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

outro sentido o sentido de interação com a cultura humana, numa relação de reciprocidade e que também qualquer mudança ocorrida em alguma das partes pode influenciar e afetar a outra, e temos que refletir que: essa palavra não é usada apenas no sentido que ela tem para a ecologia clássica, mas fala também de um termo especial para indicar os campos de interesse da biologia e ecologia, palavra que provem do grego antigo *oikos* que significa (casa), ou seja, habitat.

As boas práticas para com o meio ambiente é algo cada vez mais exigido por parte da população tanto rural como urbana e veem cada vez mais sendo o alvo de diversas discussões, sejam elas nascidas em âmbito acadêmico ou mesmo na gestão pública ou privada, muitas vezes são inseridas em função da necessidade de acompanhar os novos comportamentos da sociedade, outras devido às imposições da legislação existente e ascendente que vigoraram no país. A nossa carta magna é o melhor exemplo disso, e expõe de forma clara em seu art. 125: “ser um direito de todos ter um meio ambiente saudável”. Já em outra parte do texto constitucional essa intenção também é retratada de forma concisa art. 225 : “todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

No entanto temos visto ao longo da história que na prática o direcionamento dado pela constituição com relação ao meio ambiente, não tem sido executado de forma satisfatória pela administração pública.

É com essa base constitucional e em outras leis e políticas percursoras, que a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P recentemente implantada no Brasil, busca de forma gradual incorporar o conceito de desenvolvimento sustentável dentro das organizações publicas , redefinindo papéis e criando novas responsabilidades aos gestores públicos municipais.

A Agenda Ambiental na Administração pública mais conhecida pela sigla A3P foi originada no final da década de 90, para logo em seguida no início dos anos 2000 mais especificamente em 2001 sair de determinados setores do governo e se tornar um programa de política pública de cunho socioambiental. (MMA, 2015).

A A3P nada mais é do que um olhar mais amplo, munido com ações de caráter voluntário, que encoraja a adoção de um novo modelo de gestão pública que atenua ou expurgue os prejuízos que são gerados durante a atividade laboral nas organizações públicas.

Como nos lembra Cavalcante (2013, p. 193), : “A A3P pode ser desenvolvida em toda a administração pública, na esfera dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e no âmbito de governo (Municipal, Estadual e Federal)”.

A A3P tem como objetivos primordiais a sensibilização dos gestores públicos em todas as esferas de governo; a promoção da redução no uso de recursos naturais e gastos dentro dos órgãos públicos; redução do impacto socioambiental, provocado pelas atividades do dia a dia na atividade laboral ; contribuição para a que se possa repensar nos nossos padrões de produção e na forma como consumimos esses recursos , assim como adoção de novos referenciais na administração pública; e conseqüente melhoria da qualidade de vida. (MMA, 2015).

Este cenário reforça a necessidade de ações para a boa utilização desses recursos alocados diariamente pelos gestores dentro das organizações, recursos esses que se esgotam a cada dia e se encarecem cada vez mais em ritmo acelerado devido ao seu consumo desenfreado e insustentável, ocasionando assim Problemas de diversas origens ligadas à conservação do meio ambiente, que se alastram de maneira preocupante em inúmeras localidades do globo e em diversas organizações tanto públicas como privadas, independentes da sua natureza ou localidade.

Além disso, observa-se que pesquisas e programas na área ambiental ainda são escassos na região em que o presente trabalho foi desenvolvido, a qual se encontra no Alto Oeste Potiguar, inserida no semiárido nordestino em uma região composta por pequenos municípios e bem distante da capital do estado.

Sendo assim é preciso ressaltar a importância de pesquisas desse tipo, mostrando que elas são cada vez mais importantes tanto para o meio acadêmico como para gestores públicos preocupados com o impacto causado pelas suas organizações no meio ambiente em que elas estão inseridas.

Neste sentido, o problema de pesquisa irá buscar entender como se dá a percepção das ações socioambientais desenvolvidas na instituição, questões relacionadas às práticas que são realizadas e que tipo de percepção a administração pública tem a respeito da questão socioambiental e se elas existem realmente dentro da EMFGP e quais são, e se estão de acordo com a A3P, Dessa forma, desperta o seguinte questionamento: até que ponto as ações ambientais na Escola Municipal Francisco Gomes Pinto, maior instituição de ensino do Município de Viçosa /RN estão de acordo com a agenda A3P?.

METODOLOGIA

A pesquisa quanto aos meios assume caráter de pesquisa de campo e de cunho bibliográfico e documental, pois esse tipo de pesquisa assemelha-se muito com a pesquisa bibliográfica, porém existem diferenças e essas diferenças encontram-se justamente na natureza das fontes. Assume características quanto aos fins de pesquisa descritiva, também

que, segundo Vergara (2007, p. 47) define como: “A pesquisa descritiva expõe características de determinada população de determinado fenômeno”.

A Escola Municipal Francisco Gomes Pinto é tratada pelo presente trabalho como o universo a ser estudado, essa delimitação conceitua-se segundo (MARCONI & LAKATOS, 2009 p.112) da seguinte forma: “Universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum sem o número total de elementos do universo ou população”.

A coleta de dados foi desenvolvida através de Entrevista (formulário-roteiro de entrevistas semiestruturadas, Com base nisso, os instrumentos de pesquisa e coleta dos dados se deram da seguinte forma:

- Entrevista com gestores da escola estudada como diretor, vice-diretor, secretários e coordenadores e demais responsáveis pelo gerenciamento dessa instituição, vislumbrando identificar como se dá o processo de gestão ambiental dentro do ambiente de trabalho e sua percepção;
- Aplicação dos questionários semiabertos aos funcionários envolvidos diretamente no processo de gestão da escola bem como aqueles que trabalham na parte operacional das atividades como professores, assistentes de serviços diversos e gerais, porteiros e etc.;
- Acompanhamento e observação das ações da gestão com relação sistema de coleta seletiva, do consumo dos recursos, manejo da água e da energia dentro dessa instituição e como se dá a percepção dessas atitudes por parte dos demais colaboradores e pela própria gestão.

Fazendo uso primeiramente da observação Assistemática, pois o fato de o autor do trabalho em questão já trabalhar na instituição estudada, faz com que alguns pontos relatados no trabalho já tenham sido observados antes, de maneira casual e não detalhada para logo em seguida ganhar um caráter de observação Sistemática mais detalhada, com registros de todas ações referentes a temática abordada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise em questão visa fazer um paralelo, demonstrando até que ponto o processo de gerenciamento ambiental na administração tem sido feito de forma satisfatória, tendo como bússola norteadora a A3P.

O extrato do que podemos chamar de conclusão mais objetiva acerca do assunto, foram representadas em forma de gráficos onde a base das questões estão demonstradas por percentuais.

A primeira questão que encabeçava o questionário nos diz respeito ao meio de locomoção utilizado por aquele funcionário entrevistado, para que ele fizesse o trajeto de casa até o seu local de trabalho, com isso lançamos algumas alternativas como modalidades de transporte que se adequassem a realidade de qualquer funcionário.

O objetivo dessa questão era justamente saber qual o modo de locomoção e se esse tipo de transporte era benéfico ou não ao meio ambiente. Diante dos resultados pudemos observar que 66% dos entrevistados se deslocam até o seu ambiente de trabalho a pé, e 34% desses entrevistados chegam até o seu local de trabalho em algum veículo próprio como carro ou moto.

O que foi observado também é que os 66% dos que se locomovem até o seu ambiente de trabalho sem nenhuma forma de transporte poluidor e sim a pé, realiza esse trajeto diário desta forma, não por preocupação com o meio ambiente, mas sim por questões de cunho econômico e de poder aquisitivo e de não possuir tais transportes.

Dentro do questionamento levantado sobre condições físicas do local de trabalho, percebe-se que, 88% dos entrevistados avaliaram como bom, enquanto 12% consideraram razoável. O que foi observado é que realmente as condições físicas do local de trabalho e as condições operacionais de trabalho realmente fazem jus aos resultados obtidos, e que a Escola Municipal Francisco Gomes Pinto realmente é privilegiada nesse aspecto.

Um fator de ordem essencial dentro de uma gestão eficiente do ponto de vista da Agenda Ambiental na Administração Pública é o tipo de lâmpada usada nas instituições públicas, pois como já é de conhecimento da maioria das pessoas as lâmpadas fluorescentes são bem econômicas e conseqüentemente poluem menos e contribui para o desperdício de energia elétrica, em comparação com as lâmpadas incandescentes ainda utilizadas em muitos lugares. Os resultados obtidos estão de acordo exatamente da forma com o que foi observado dentro da EMFGP, onde 100% dos resultados obtidos revelam o uso total de lâmpadas fluorescente comuns, mostrando que nesse quesito a escola se mantém em um padrão aceitável embora não ideal para os programas atuais como a perfeita execução da A3P.

Ainda com o foco voltado para a responsabilidade socioambiental dentro do ambiente de trabalho com relação a economia de energia, questionamos se na EMFGP existia algum tipo de iluminação natural dentro das salas de uso administrativo e demais salas. Pudemos apreender que 77% dos entrevistados afirmam que dentro da instituição estudada existem alguns tipos de iluminação natural dos quais foram citados em unanimidade: “janelas” enquanto 23% diz que não há fontes de iluminação natural dentro da escola.

O observado dentro da EMFGP é que toda a instituição mantém sim salas iluminadas durante os turnos da tarde e da manhã de forma natural, através de janelas em todas as salas.

Porém foi notado também que mesmo durante esses horários as luzes artificiais continuam
(83) 3322.3222
contato@conidis.com.br

acesas em paralelo com a forma de iluminação natural, caracterizando-se assim o constante desperdício.

Como observado e respondido por parte dos colaboradores a escola dispõe de muitas janelas, tendo assim um sistema de luz natural bastante amplo, porém foi observado também a utilização de luzes artificiais e ventiladores em abundância em pleno dia e com salas vazias, o que foi visto como o maior de todos os desperdícios dentro da escola estudada, seguido logo depois pelo desperdício de água.

Outras ações questionadas e observadas dizem respeito ao uso de ventiladores e luzes dentro das salas e se os funcionários ao se afastarem por mais de uma hora ou ao final do expediente tem o hábito de desligar todos esses sistemas. A resposta nos mostrou que 88% tem constantemente esse hábito, enquanto 12% nos mostra que não cultivam esse hábito.

Verificando o que foi constatado na Escola Municipal Francisco Gomes Pinto, o uso de copos de alumínio, vidro, e plásticos prevalecem quase que de forma absoluta, porém os dados levantados através das entrevistas mostram uma certa discrepância, como foi mostrado nos gráficos desenvolvidos durante o tratamento dos dados, onde nele se expõe os resultados que demonstram que 45% dos entrevistados dizem que é costume utilizar copos descartáveis no ambiente de trabalho, enquanto que 55% afirmam não fazerem uso deles.

Com isso partimos para a próxima indagação referente ao questionário aplicado que dizia respeito ao uso adequado da água e das ferramentas utilizadas para lidar com esse recurso, recurso esse que tem se tornado tão escasso atualmente, devido à imprevisibilidade constante das mudanças climáticas, em nosso país em suas diversas regiões, principalmente na região do semiárido nordestino aonde a instituição pesquisada se insere. Com isso perguntamos qual o tipo de tecnologia existente nas torneiras dentro do ambiente organizacional da EMFGP, mais precisamente nos locais onde existem torneiras, como banheiros e cozinhas, analisando se esses utensílios possuíam tecnologia econômica ou eram torneiras comuns. Com isso tivemos o resultado já esperado demonstrando que 100% das pessoas entrevistadas admitiram que a instituição estudada somente oferece o uso de torneiras comuns a seus colaboradores, observamos ainda a grande quantidade de água desperdiçada por esse tipo de equipamento, onde muitas vezes durante a observação do trabalho na organização encontramos muitas delas ligadas sem nenhum usuário por perto.

Outro ponto visto dentro da organização onde esse estudo foi desenvolvido foi a questão da coleta seletiva. De forma que em consonância com a temática do meio ambiente, tão discutida atualmente em nossa sociedade, e que é um dos requisitos básicos que tem mais comumente mostrado, é a existência necessária e urgente de uma coleta seletiva dentro de qualquer instituição, seja ela de qual natureza for, não importando se é pública ou privada, mostrando a sua indispensabilidade.

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

Portanto, esse foi um dos pontos questionados durante nossa entrevista como pode ser visto em números, sendo que 100% dos entrevistados afirmam que em seus departamentos, não existe a separação de lixo em: materiais recicláveis e orgânicos.

De acordo com a pesquisa feita, 100% do papel utilizado dentro da instituição é papel comum enquanto que 0% é papel reciclado. Com isso observamos a inadequação que vai desde a coleta até o armazenamento inadequado do lixo dentro da EMFG, entretanto observamos também que no município não dispõe de gestão de resíduos sólidos de acordo com o que preza a Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), refletindo assim essa deficiência de gestão ambiental para todos os outros órgãos públicos, ligados a Prefeitura Municipal de Viçosa.

Embora 23% dos entrevistados afirmem que esse uso econômico do papel não existe dentro da EMFGP, enquanto que 77% afirmam que esse procedimento de utilizar os dois lados do papel para impressões e anotações realmente existe dentro da organização estudada.

Já a questão do lixo é outro assunto bastante preocupante dentro da EMFGP, sendo que os resíduos são coletados e acondicionados de forma errada onde não há separação do mesmo, ou seja, o lixo orgânico permanece junto com o lixo não orgânico, embora existam algumas afirmações de que na organização estudada exista uma coleta seletiva. Infelizmente o que observamos foi justamente o contrário.

No entanto o questionário recolhido nos mostrou que segundo a percepção dos entrevistados, 55% afirmam que “sim”, que o lixo orgânico é misturado com o lixo seco, sendo que os outros 44% afirmam que não acondicionam os resíduos dessa forma.

A instituição também não costuma destinar o material reciclável produzido para alguma cooperativa de catadores ou associação como mostra 100% dos entrevistados aonde confirmam o não direcionamento desse material reciclável para nenhuma cooperativa ou associação de catadores.

Embora parte dos entrevistados falem a respeito de um uso consciente da água, o que se viu foi justamente o contrário. A exemplo disso temos a limpeza de calçadas com grande desperdício de água, a limpeza das salas com água além do necessário e também as torneiras como já mencionado anteriormente, sempre ligadas sem ninguém para lavar as mãos.

Confirmando o que já dito antes quando indagados a respeito da observação do uso adequado da água, dentro da EMFGP as seguintes porcentagens foram constatadas: 77% afirmam que o uso da água é sim adequado, enquanto que 23% afirmam justamente ao contrário, que não há um uso adequado desse recurso.

Quando perguntamos a respeito de projetos relativos a questões ambientais existentes na instituição, as respostas foram diversificadas: alguns respondiam de forma positiva, mas não sabiam explicar que tipos de projetos eram esses, outros nem sequer respondiam. O fato

que o que foi observado é que não existiam projetos, com exceção de uma conferência realizada em 2012 dentro da escola com o intuito de cumprir o cronograma de programas.

E assim os dados obtidos com o questionário são apresentados através dos seguintes números: 89% afirmam que existem projetos destinados a construção de uma consciência ambiental, enquanto que 11% responderam que não existe projeto algum relativo a essa temática dentro da organização estudada.

De acordo com os dados obtidos, 100% dos entrevistados acham importante à implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública no seu ambiente de trabalho.

A direção afirmou que não conhecia o programa Agenda Ambiental na Administração Pública e que fica muito difícil de implementá-la sem um apoio concreto da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Viçosa/RN.

CONCLUSÃO

As transformações sofridas por muitos órgãos públicos sejam eles de administração direta ou indireta tem exigido dos novos gestores cada vez mais empenho e dedicação na melhor execução de suas atividades juntamente com o seus colaboradores, dentro dessas organizações públicas, abre-se ai então um leque de novas tendências urgentes de serem aplicadas como a questão da responsabilidade socioambiental dentro dessas instituições. Instituições que são cada vez mais necessárias a sua sobrevivência e úteis para o alcance de seus objetivos.

O Mundo contemporâneo está exigindo destas organizações e de seus gestores uma grande reflexão a respeito das estratégias de combate ao desperdício e do melhor aproveitamento dos recursos naturais, em uma busca urgente pela conscientização Socioambiental, através de uma boa e eficiente gestão, que seja eficiente e eficaz do ponto de vista administrativo e sustentável como um todo.

E é com essa premissa que programas de políticas públicas voltadas para a temática direcionadas para o meio ambiente são lançados, e tidos como de extrema importância nesse novo panorama mundial ecologicamente correto.

Conforme mostrado neste trabalho, o Programa da Agenda Ambiental na Administração Pública proporciona certa segurança para os gestores dessas instituições citadas anteriormente e a seus colaboradores, propondo ações que vão muito além de ajudar o meio ambiente, como também a construir uma consciência socioambiental afinada com os preceitos contemporâneos. Além de proporcionar uma redução obvia de gastos de recursos dentro dos órgãos em que são implementadas.

Se a pequena contribuição contida neste trabalho ajudar de alguma forma a Escola Municipal Francisco Gomes Pinto – EMFGP de uma forma positiva a gerenciar melhor o seu ambiente, e com isso a A3P se tornar uma realidade dentro da organização estudada, terá

própria instituição e conseqüentemente refletindo também para o público a que se destina o resultado final desse serviço que são os usuários finais.

É importante ressaltar que para que estes programas serem bem sucedidos é necessário que as políticas públicas nessa área sejam mais bem divulgadas e implementadas pelo governo em suas três esferas de poder e pelos órgãos da administração, e bem difundidas dentre todos os servidores públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos Modelos E Instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRAZIL, Constituição. Constituição da república Federativa do Brasil. 1988.

CAVALCANTE, Maria Lailze Simões Albuquerque. Administração Pública e Agenda Ambiental–A3P-Considerações sobre a implementação nos órgãos públicos. **Doutrina e Artigos**, p. 193, 2013.

GIESTA, Lilian Caporlingua. LEITE, Rodrigo de Almeida. (ORGS) **Responsabilidade Social e Ambiental**. EDUFRN, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**, 7ª Edição. São Paulo, Atlas, 2010.

MAXIMIANO, ACA. **Introdução à Administração**. 6 a edição, 2004. Atlas.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cartilha A3P**: Agenda ambiental na administração pública. 5. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

SCARLATO, Francisco Capuano; PONTIN, Joel Arnaldo. **Do nicho ao lixo: ambiente, sociedade e educação**. Atual Editor, 1992.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas Ed, 2007.

